

RAFAEL BARBOSA DE CARVALHO

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO E SEUS
IMPACTOS: 1968 - 1973**

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, do Setor de Ciências Sociais e Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Orientador: Prof^a. Othon Juruá Rolim de Souza Reis.

CURITIBA

2006

TERMO DE APROVAÇÃO

RAFAEL BARBOSA DE CARVALHO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO E SEUS
IMPACTOS:1968 - 1973

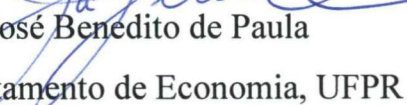
Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, do Setor de Ciências Sociais e Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná – UFPR, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Othon Júlio Rolim de Souza Reis
Departamento de Economia, UFPR

Examinadores:


Prof. Divonzir Lopes Beloto
Departamento de Economia, UFPR


Prof. José Benedito de Paula
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 07 de Dezembro de 2006

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	iii
LISTA DE SIGLAS	iv
RESUMO	v
1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO	3
2.1. MECANISMOS DE DESENVOLVIMENTO.....	3
3. PERÍODO EXPANSIVO DA ECONOMIA (1968-1973)	10
3.1. O PLANEJAMENTO.....	10
3.1.1. As Limitações Técnicas.....	11
3.1.2. O Problema Institucional.....	12
3.2. PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO (PED).....	13
3.2.1. As Diretrizes Gerais.....	16
3.2.2. Cenário da Economia Brasileira.....	17
3.3. O DOCUMENTO “METAS E BASES PARA AÇÃO DO OVERNO”.....	22
3.4.PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	23
3.4.1. O Cenário Político.....	25
3.5.O “MILAGRE BRASILEIRO”.....	31
3.6. CRESCIMENTO E EMPREGO.....	37
3.7. O DESENCANTO CONTÍNUO.....	39
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

LISTA DE SIGLAS

ARENA	- Aliança Renovadora Nacional.
BIRD	- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, também chamado Banco Mundial.
BNH	- Banco Nacional de Habitação.
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro.
MOBRAL	- Movimento Brasileiro de Alfabetização.
PAEG	- Plano de Ação Econômica do Governo.
PASEP	- Programa
PED	- Programa Estratégico de Desenvolvimento.
PIB	- Produto Interno Bruto.
PIN	- Programa de Integração Nacional.
PIS	- Programa de Integração Social.
PNAD	- Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento.

LISTA DE TABELAS

QUADRO 1 – BALANÇA COMERCIAL, INFLAÇÃO E PIB.....	33
QUADRO 2 – INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS LÍQUIDOS NO BRASIL	35
QUADRO 3 – IMPORTAÇÕES NA ECONOMIA BRASILEIRA.....	39
QUADRO 4 – VARIAÇÕES NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL.....	41

Resumo

A expansão da economia brasileira teve influência direta da Teoria Cepalina no que tange investimentos no setor industrial e infra-estrutura como forma de aliciar mais empregos propiciar aumentos na renda do país. No entanto, esta expansão não possibilitou diminuir as diferenças sociais, pelo contrário, fortaleceu a concentração de renda, concomitantemente, o governo militar buscava diminuir as disparidades regionais, aumentar a integração nacional, proporcionar arrocho salarial e utilizar de propagandas nacionalistas como forma de desenvolver o país e popularizar o regime. Dessa forma, através de Metas e Planos de Desenvolvimento, o País atingiu níveis consideráveis de crescimento e desenvolvimento econômico. Todavia, o preço pago foi o grande endividamento externo com o declínio do ciclo virtuoso compreendido entre 1968 a 1973.

Palavras-chave: Teoria Cepalina, concentração de renda, Metas e Planos de Desenvolvimento, desenvolvimento e endividamento externo.

1. INTRODUÇÃO

No governo de Costa e Silva, em 1967, a economia brasileira caracteriza-se pelo grande crescimento econômico e baixa inflação. Diante disso, os empresários, a classe média e os militares enxergavam um país que estava em plena ascensão, seja na ordem econômica ou no padrão de vida da população.

A mobilização por parte dos militares em empreender o desenvolvimentismo nacional fez com que criassem programas como o Plano Estratégico de Desenvolvimento, o Primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico como forma de estabelecer metas e objetivos a serem alcançados.

No entanto, o crescimento econômico brasileiro que chegara a taxa de 10% em 1970, não acompanhava o lado social no qual se pode citar o fato de somente 41% dos municípios serem beneficiado por água encanada. A frase de Maria Conceição Tavares ilustra com propriedade a situação vivida na época: “O país vai bem, mas o povo vai mal”.

Não obstante, os governos militares condecoravam o salto para o desenvolvimento e almejavam elevar o país ao Primeiro Mundo, mesmo que para isso fosse necessário eliminar os “antipatriotas” (os que clamavam por eleições diretas, pela volta dos direitos civis cassados, pelo fim da censura e das torturas).

Assim, este estudo tem como objetivo geral descrever as diretrizes econômicas adotadas no período 1968-1973, analisando os seus impactos no desenvolvimento da economia brasileira.

Como objetivos específicos, podem-se citar: a) descrever as diretrizes do planejamento estratégico de desenvolvimento; b) analisar o chamado “Milagre Brasileiro”; c) identificar os principais impactos sobre a economia após a implementação do plano

estratégico de desenvolvimento no país e d) o início do processo de endividamento externo.

2. REFENCIAL TEÓRICO

Utilizou-se a Teoria Cepalina como forma de analisar aquilo que foi proposto, Plano Estratégico de Desenvolvimento, para a modernização, desenvolvimento e o crescimento da economia do Brasil.

2.1. MECANISMOS DE DESENVOLVIMENTO

A questão a ser identificada são os principais componentes da análise cepalina do desenvolvimento. A relevância da questão vai de encontro às propostas de política econômica que não condiziam com a realidade brasileira. Dessa forma pretende-se averiguar as proposições teóricas básicas da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) e procurar identificar quais foram os principais aspectos no plano mais geral da teoria e de sua elaboração para o sucesso do desenvolvimentismo cepalino não somente entre os policy makers, mas também no pensamento econômico e social. As idéias apresentadas tange no sentido das características das formulações e ajustes cruciais que desencadearam sucesso, e, os problemas enfrentados pelo qual a CEPAL e o desenvolvimento cepalino passaram.

A teoria cepalina do subdesenvolvimento baseia-se sob duas proposições básicas:

- A economia brasileira teria desenvolvido estrutura pouco diversificada e pouco integrada com um setor primário-exportador dinâmico, contudo incapaz de difundir progresso técnico para o resto da economia, de empregar produtivamente o conjunto da mão-de-obra e de permitir o crescimento sustentado dos salários reais. Ao contrário do que pregava a doutrina do livre-comércio, esses efeitos negativos se reproduziriam ao longo do tempo na ausência de uma indústria dinâmica.

- O ritmo de incorporação do progresso técnico e o aumento de produtividade seriam significativamente maiores nas economias industriais (centro) do que nas economias especializadas em produtos primários (periferia), o que levaria por si só a uma diferenciação secular da renda favorável às primeiras. Além disso, os preços de exportação dos produtos primários tenderiam a apresentar uma evolução desfavorável frente à dos bens manufaturados produzidos pelos países industrializados. Como resultado, haveria uma tendência à deterioração dos termos de troca que afetaria negativamente a economia brasileira através das transferências dos ganhos de produtividade no setor primário-exportador para os países industrializados. (Coliste,1991,pg.1)

Essas duas proposições mostram as implicações da formação periférica e deterioração dos termos de troca. Vale ressaltar que a heterogeneidade econômica, baixa produtividade, salários reduzidos e instabilidades dos preços de bens primários, foram os principais agravantes para a formação dessa condição de país periférico.

- A primeira das proposições diz que os efeitos dinâmicos da especialização primário-exportadora sobre o conjunto da economia periférica seriam limitados, de modo que a industrialização poderia alavancar o ciclo virtuoso de crescimento da produtividade, emprego e renda. Essa é uma das propostas da teoria cepalina do subdesenvolvimento, isto é, a diversidade industrial como mecanismo de reversão dos efeitos negativos da especialização primário-exportador no Brasil. (Coliste,1991,pg.1)

A expansão industrial somente somaria no que tange a absorção do excedente populacional, reduzindo pressões sobre salários e preços do setor exportador; a elevação gradativa da produtividade e renda resultante da introdução de métodos mais eficazes de produção associados às atividades industriais. Os setores indústrias que permitiriam alavancar os impactos da difusão das técnicas modernas, seriam as indústrias de bens de capital porque estão relacionadas às inovações tecnológicas e reduzidos custos que influiriam positivamente na produtividade, lucros, demanda de empregos e investimentos na aquisição de equipamentos e máquinas. Portanto, essa condição de periferia seria solucionada com a diversificação industrial e o fim da especialização produtiva.

- A segunda proposição apresentada diz respeito à assimetria nos ritmos de incremento de progresso técnico/produtividade entre centro e periferia e tendência à deterioração dos termos de troca. As hipóteses não explícitas, embora básicas, do argumento são que, inicialmente a produção primário-exportadora é necessariamente limitada em termos de incorporação de valor agregado e que os efeitos de encadeamento das atividades exportadoras sobre outros setores produtivos são restritos. (Coliste,1991,pg.1)

Em suma, Coleste (1971,pg.1), considerava que o rigor científica e sua neutralidade seriam fatores preponderantes para obter o nível desejado de racionalidade no planejamento, sem a qual seria difícil obter eficácia sobre as decisões de influenciar consciente e deliberadamente as forças de mercado na economia.

No Brasil, o planejamento econômico e a industrialização coincidem ora tendo como meta o crescimento econômico ora com a estabilidade monetária. Segundo, Ianni (1991, pg. 240), o primeiro

foco do planejamento econômico no Brasil foi à eficácia e racionalidade da política econômica no que tange qualidade e quantidade e o segundo as forças representativas do Brasil a consciência dos objetivos nacionais alcançados.

Ainda deve-se revelar que a teoria de desenvolvimento econômico não se insere na categoria de Análise Econômica. No entanto, podem-se identificar mecanismos (relações estáveis entre variáveis quantificáveis) do processo de desenvolvimento econômico.

Conforme Oser (1983, pg. 411), o processo de desenvolvimento pode ocorrer tanto da combinação de novos fatores existentes como de inovações técnicas. Logo, o crescimento de economia desenvolvida é através da acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação tecnológica desses conhecimentos. Já o crescimento das economias subdesenvolvidas fica a mercê do processo de assimilação da técnica prevalecente.

Em regiões subdesenvolvidas, dentro dos padrões de técnicas conhecida, sempre existe deficiência na utilização dos fatores de produção, uma vez que há escassez do fator capital e assim desperdiça-se mão-de-obra. Dessa forma, a produtividade média de um conjunto de fatores em uma economia subdesenvolvida é inferior a aplicação em economias desenvolvidas. Decorrente da relativa fixidez dos coeficientes técnicos e pelo fato da tecnologia se desenvolver em função da disponibilidade de fatores e recursos dos países que lideram o processo de industrialização. Enquanto países subdesenvolvidos crescem através da assimilação de técnicas já conhecidas e pela acumulação de capital graças a transplantação de subemprego estrutural de fatores. A solução para este problema é através do esforço de adaptação da tecnologia o que fica impossibilitado pela falta de indústrias de equipamentos.

Em suma, o desenvolvimento econômico está atrelado a combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a

produtividade do trabalho. Conforme Furtado (1961, pg. 107), o aumento na produtividade propicia aumento da renda real social, ou seja, a quantidade de bens e serviços à disposição da população. De outro lado, o aumento das remunerações resultantes da elevação da renda real provoca alterações na demanda por parte dos consumidores.

O ritmo de desenvolvimento econômico está atrelado a riqueza reproduzível no processo produtivo. Isto significa, a quantidade de produto que se obtém em média por unidade de capital invertido na economia ou a soma de trabalho realizado no passado a fim de aumentar a produtividade do próprio trabalho no presente (acumulação de capital).

Não se sabe ao certo a quantidade de acumulação de capital que está subordinada ao progresso tecnológico, mas é clarividente que tem certos limites, e, que a revolução tecnológica depende da acumulação de capital. Sendo assim, pode-se afirmar o progresso tecnológico como uma dimensão do processo de acumulação de capital.

Outro fator determinante da intensidade de crescimento de uma economia é a relação inversa renda-territorial, ou seja, a proporção da renda corrente que se transforma em nova capacidade produtiva. Em termos estatísticos, seria a relação sob a forma de percentagem das inversões líquidas sobre o produto líquido.

Conforme Furtado (1961, pg. 103), taxa de capitalização diz respeito ao grau de esforço que faz uma economia, em data específica, crescer. Definida como a abstenção de consumo por parte da população para transformação da capacidade produtiva ou poupança interna. Isto tudo com finalidade de deslocar recursos aos investidores. Há ainda a poupança externa que seria a alocação de recursos visando à aquisição de tecnologia no exterior. A deficiência seja na poupança interna ou externa interrompe o processo de

desenvolvimento ora em sua magnitude conforme aumentam os investimentos ora aos mecanismos de sua transferência em prazos e custos inadequados que inviabilizam os investimentos respectivamente

É indispensável ainda que uma parte substancial do produto se converta em renda disponível para consumo. E, para que prossigam as inversões, o consumo deve expandir até o ponto que se estabeleça um teto, isto é, a capacidade em que a empresa possa inverter e atender pelo menos uma parte considerável da população. Portanto, a distribuição de renda como forma de ajustar o equilíbrio entre demanda e oferta na economia deve ser implementada.

Esta questão de equilibrar a da demanda e oferta na economia tem-se que sua falta torna inviável o investimento, gerando pontos de estrangulamento, que pode gerar paralisia no setor produtivo, processo inflacionário ou desequilíbrio externo. A infra-estrutura tem como função essencial em quaisquer sentidos no processo de industrialização. Por exemplo, a rede de transportes como forma de interligar o local da inversão na economia aos portos ou ligar diferentes regiões para engendrar um mercado interno.

Caso não exista esse este equilíbrio, o processo inflacionário formado pelo excesso de demanda de determinado bem pode acarretar em “choque de oferta” e introduzir uma inflação de custos ou desembocar maior quantidade de bens importados levando ao estrangulamento externo e à paralisia econômica ou mesmo a uma combinação desses.

Logo, o investimento possibilita ampliar a capacidade produtiva das economias, além de diminuir o hiato entre o produtivo potencial e efetivo. Ao final dessa etapa seja por estrangulamentos externos ou pelo esgotamento natural do investimento, o nível de demanda corrente retrai-se, levando o menor grau de utilização da capacidade instalada, isto é, declínio do produto corrente.

Por fim, é relevante afirmar que a teoria do desenvolvimento exige um exercício de identificar os problemas. Admites-se como exemplo o princípio do livre-câmbio, e a condenação da industrialização pelo fato da baixa produtividade das novas indústrias que não conseguiriam resistir à concorrência externa. Então, o erro condiz em aceitar ou rejeitar a hipótese do livre-câmbio e o que se deveria analisar são as condições pelos quais prevalecem no mundo real.

Segundo Furtado (1951, pg. 109), as Ciências Econômicas proporcionam elevado nível de abstração de fenômenos que se isolam dos demais para pode ser feito uma análise. Contudo, isto explica um menor grau de desenvolvimento por parte daqueles que seguem à risca. Portanto, deve-se aceitar a ampliação dos quadros da construção teórica como mecanismos para se encontrar mais espaços para análise.

3.PERÍODO EXPANSIVO DA ECONOMIA (1968-1973)

3.1. O PLANEJAMENTO

Segundo Furtado (1988, p.194), altas taxas de crescimento do produto real e maior ênfase na expansão do mercado externo foram características marcantes do governo Costa e Silva (1967-1969), da Junta Militar que o sucedeu (agosto a outubro de 1969) e o governo Médici (1969-1974).

Na política econômica brasileira, a palavra planejamento foi usada de forma livre e imprecisa, significando tanto o micro planejamento setorial como o planejamento macroeconômico mais integrado.

Segundo Simonsen & Campos (1974, p.47),

...seria talvez conveniente maior esforço de precisão semântica, pela diferenciação entre simples declarações de política, programas de desenvolvimento e planos de desenvolvimento. No primeiro caso, ter-se-ia uma simples enunciação de uma estratégia e metas de desenvolvimento. Um programa de desenvolvimento compreenderia, além da definição de metas, a atribuição de prioridades setoriais e regionais e a formulação de incentivos e falta de incentivos relacionados com essas prioridades. Um plano de desenvolvimento avançaria ainda mais pela especificação de um cronograma de implementação, pela designação do agente econômico (público ou privado) e pela alocação de recursos financeiros e materiais. A palavra “projeto” seria reservada para o detalhamento operacional de planos ou programas.

No caso de um programa nacional de desenvolvimento, este tem de ser complementado por planos parciais (estaduais, regionais ou setoriais), e sua implementação exige projetos individuais. Por sua vez, a formulação de um plano nacional de desenvolvimento, capaz de satisfazer as condições mencionadas, exigiria mecanismos institucionais vizinhos de uma estrutura autoritária de planejamento

central, que poderia ser mais facilmente alcançada nas sociedades de tipo autocrático.

Assim, a prática corrente, no Brasil, tem sido usar a palavra “plano” para cobrir variados esforços de programação, que abrangem desde simples listagens de objetivos até projetos setoriais significativos.

Somente a partir de 1964, com o “Programa de Ação Econômica do Governo” (PAEG), ao qual se seguiram o “Plano Estratégico de Desenvolvimento” (PED-1970), as “Metas e Bases para Ação do Governo” (outubro de 1970), o “Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico” (PND-1972/1974), foi possível ultrapassar a fase de projetos setoriais e integrá-los numa programação macroeconômica, que leve em consideração magnitudes globais como a pressão inflacionária, o balanço de pagamentos e o nível de emprego.

3.1.1. As Limitações Técnicas

Conforme Simonsen & Campos (1974, p.48), as limitações técnicas mais relevantes ocorridas no contexto brasileiro incluía os seguintes fatores:

- deficiências estatísticas de dados fundamentais como o emprego de mão-de-obra, o investimento do setor privado e as relações inter-industriais;
- a escassez de planejadores experimentados;
- a importância do peso do setor agrícola, no qual o planejamento é difícil pela proliferação de pequenas unidades decisórias, e as conseqüências dos fatores climáticos;
- a importância do setor externo (exportações e ingresso de capitais), sujeito a flutuações, particularmente no caso do

comércio exterior, dependente até pouco tempo de uma pequena faixa de produtos de exportação sujeitos a grande instabilidade de preços.

3.1.2. O Problema Institucional

Alguns obstáculos institucionais a um planejamento nacional integrado e abrangente:

- A existência de subdivisões políticas autônomas: quando essas unidades têm substancial peso e recursos próprios, e capacidade autônoma de levantar recursos por tributação e empréstimos, é muito difícil submetê-las à disciplina do planejamento central, restando como única alternativa prática tentar uma coordenação dos planos estaduais com os federais.
- A inadequação do mecanismo de implementação. Apesar de os planos serem concebidos por técnicos especializados, têm de ser implementados através da máquina burocrática, que se preocupa mais com o *status* alcançado do que com os objetivos propriamente.
- A falta de um mecanismo político de formação de consenso para o estabelecimento de um compromisso político com determinados objetivos de planejamento e a continuidade de implementação das metas.
- A instabilidade política (SIMONSEN & CAMPOS, 1974, p.51.52).

3.2. PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO (PED)

O governo Costa e Silva, ao divulgar em junho de 1967 as suas diretrizes gerais de política econômica, definiu o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) para o período 1968-1970, o qual previa uma política de crescimento acelerado e auto-sustentado, por meio da substituição de produtos importados. Privilegiava a agricultura, indústria, energia, transportes, telecomunicações, habitação, saúde e saneamento.

Para Goldenstein (1986, p.93), o PED

...mostrava o afastamento dos novos governantes das concepções “monetaristas” (...), introduzindo um maior pragmatismo na ação governamental. O plano considerava que todas as condições para a “arrancada” já estavam reunidas: a economia reajustada, o sistema financeiro reformado, o país possuía um parque industrial moderno e um mercado interno que poderia absorver o crescimento da produção. Por último, a capacidade de poupança da economia estava bastante reforçada. A economia não tinha arrancado por causa da política monetária restritiva do governo anterior, que freava a concessão de créditos, dificultando o aumento dos investimentos das empresas.

Os objetivos do PED, segundo Lopes (1990, p.91), foram assim definidos:

- Aceleração do desenvolvimento econômico, simultaneamente à contenção da inflação;
- Desenvolvimento econômico a serviço do progresso social;
- Expansão das oportunidades de emprego de mão-de-obra;
- Manutenção do controle do balanço de pagamentos, a fim de evitar a interrupção do processo de desenvolvimento pelo estrangulamento da capacidade de importar;
- Esforços no sentido de evitar o agravamento das disparidades econômicas regionais e setoriais que a média e a longo prazo prejudicam o desenvolvimento dos

mercados e impedem a distribuição eqüitativa dos benefícios sociais do desenvolvimento;

- Realização de novas reformas econômicas e sociais, para modernizar as estruturas institucionais do país, transformando-as em instrumentos de aceleração do desenvolvimento e do progresso social.

Definia ainda Vasconcellos (2002, pg. 399), o quadro de valores que fundamentava a filosofia de governo:

- investimento estatal em infra-estrutura, possibilitada através das reformas fiscais e aos mecanismos de endividamento interno (financiamento não inflacionário dos déficits);

- demanda por bens duráveis permitido pelo aumento de créditos ao consumidor pós-reforma financeira.

- construção civil, com crescimento de 15% ao ano pela expansão do crédito do SFH devido ao aumento da demanda por habitações.

- aumento das exportações devido ao crescimento do comércio internacional e a melhora na política externa no que tange incentivos fiscais (isto possibilitou alavancar em 2,5 vezes as exportações);

- os demais setores como o de bens de consumo leve e a agricultura apresentaram desempenhos mais modestos. A expansão apresentada deveu-se ao aumento salarial da massa salarial como consequência do aumento do emprego e crescimento das exportações de manufaturados tradicionais e de produtos agrícolas.

- o setor de bens de capital esteve dividido em duas fases, na primeira até 1970 o crescimento observado deu na ocupação de capacidade ociosa e não na ampliação da capacidade instalada. Conforme, foi diminuindo o hiato da produção potencial e efetiva, a taxa de investimento na economia foi ampliando, sendo que a formação bruta de capital fixo superou os 20 % do PIB no período

191/1973, e, aliado ao aumento da demanda por bens de capital, esse setor obteve um crescimento maior do que na primeira fase.

- o setor de bens intermediários apresentou uma taxa média de crescimento de 13,5% ao ano no período.

O plano instaurado visava o dinamismo socioeconômico do país, com aceleração na tentativa de mudar o quadro da poupança interna e investimentos. O panorama econômico apresentado pelo PED era de crise, devido à política antiinflacionária do governo anterior.

A reestruturação dos setores dinâmicos da economia através de melhorias na sua infra-estrutura poderia reverter aquela situação na qual as decisões em investir estavam submetidas à dimensão efetiva do mercado e não das possibilidades de crescimento.

A não-existência de uma orientação que traduzisse concretamente um novo estilo de governo era, de certo modo, compreensível, considerando o quadro político existente na época.

Segundo Lafer (1975, p.92),

Nos últimos meses do Governo do Mal. Castelo Branco era possível vislumbrar uma certa preocupação dos homens do Governo pelo destino futuro das suas realizações, tanto na área política como na área econômica. Desta forma, um conjunto de medidas foi tomado pelo Governo que estava para sair, no sentido de estabelecer um arcabouço institucional que viesse preservar as conquistas e realizações do primeiro Governo revolucionário. Com a oposição desarticulada, com um Congresso inerte e com o apoio das Forças Armadas foi possível ao Governo que saía estabelecer as “regras do jogo” para o Governo que entrava, culminando sua obra com a aprovação de uma nova Constituição. Sob esse quadro político, não era mesmo possível ao novo Governo propor novas regras imediatamente. Por isso mesmo eram muito gerais e vagas, quando não desconstruídas, as declarações do novo Governo.

Logo nos primeiros meses da gestão de Costa e Silva, as críticas permearam o cenário governamental. As declarações dos ministros da Fazenda e do Planejamento indicavam a necessidade de alterações na orientação de política econômica. Em julho de 1967, as Diretrizes de Política Econômica foram divulgadas.

3.2.1. As Diretrizes Gerais

As Diretrizes Gerais definiam o Plano Trienal do Governo para o período 1968-1970, dentro qual inseria-se o PED. Constituíam-se dos seguintes tópicos: Objetivos Básicos, Diretrizes Gerais de Política Econômica, Programa Estratégico de Desenvolvimento, Diretrizes Setoriais e Desenvolvimento Regional.

Conforme Lafer (1975, p.93), tal plano definia como objetivo básico o desenvolvimento econômico e social que permearia toda a política nacional, tanto no âmbito interno como nas relações com o exterior. Ainda, pretendia constituir-se num “projeto nacional de desenvolvimento” e demonstrar a viabilidade do caso brasileiro. Na área socioeconômica, pretendia estabelecer uma “nova fonte de dinamismo”, acelerar o esforço interno de poupança e investimentos, considerando como fatores básicos os recursos humanos e as reformas estruturais. Na área política, visava o estabelecimento de “um consenso nacional desenvolvimentista”.

Definia, ainda, o quadro de valores que fundamentava a filosofia de governo: fortalecimento da empresa privada, estabilização gradativa do comportamento dos preços, responsabilidade do governo na consolidação da infra-estrutura; expansão das oportunidades de emprego; fortalecimento e ampliação do mercado interno.

Além dos objetivos básicos mencionados, estabeleceu-se os dois objetivos fundamentais da política econômica a ser seguida: a aceleração do desenvolvimento e a contenção da inflação. A nova orientação pretendia estimular o setor privado, restabelecendo-lhe o antigo dinamismo.

Ainda, segundo Simonsen & Campos (1974, p.67), o PED estabeleceu mais objetivos gerais e diretrizes de política do que compromissos com metas quantitativas, “exceto no tocante à

programação pluri-anual de investimentos, em que aproveita essencialmente o programa de investimentos anteriormente formulado para os primeiros três anos de execução do Plano Decenal”.

3.2.2. Cenário da Economia Brasileira

Tentando proceder a uma análise da economia brasileira, o PED concentrou sua atenção sobre as causas da crise que permeou a economia brasileira a partir de 1962.

Lafer (1975, p.95-96), afirma:

Após duas décadas de crescimento acelerado, onde o processo de substituição de importações permitiu uma evolução do produto interno da ordem de 6,1% ao ano, a economia passa a apresentar evidentes sinais de estagnação, cuja razão principal deve situar-se no esgotamento do processo de substituição. Ao mesmo tempo, acentuava-se na época o ritmo de crescimento do processo inflacionário, crescendo o nível geral de preços a taxas da ordem de 80% ao ano.

Algumas distorções acumuladas nas décadas anteriores criaram obstáculos para a economia, exigindo alterações nos padrões de seu desenvolvimento.

A primeira distorção foi o processo inflacionário crescente dentro do qual se desenvolveu a industrialização. No início do processo, a inflação atuou claramente como um mecanismo de poupança forçada, que permitiu tanto a complementação do financiamento dos investimentos industriais, como a própria ação do Governo em setores fundamentais, onde o mesmo era chamado a preencher a omissão da iniciativa privada.

A segunda distorção foi o próprio sentido da industrialização. Embora se possa afirmar que o sentido do crescimento industrial foi decisivo, também não se pode negar ter sido ele uma das causas da paralisação do desenvolvimento a partir de 1962. Isto porque a industrialização substitutiva de importação consistia, basicamente, na

assimilação de processos de produção com técnicas que refletia a escassez relativa de fatores da produção das economias que as elaboram.

Ressalta Lafer (1975, p.96):

Como é óbvio, as disponibilidades de fatores diferem de país para país e tanto mais de país desenvolvido para subdesenvolvido. Além do mais, uma política de incentivo ao emprego de técnicas “capital-intensivas” foi levada a efeito graças à ação deliberada das autoridades de política econômica, aliada a uma legislação social que elevava, substancialmente, o custo da mão-de-obra, o que vem explicar o baixo nível de absorção de mão-de-obra no período 1947-68.

A população crescia a uma taxa média de 3% ao ano, provocando o inchamento do setor terciário. Isso foi significativo no setor governamental, a baixos níveis de eficiência. O processo de substituição de importações aumentou as diferenças setoriais de produtividade, limitando as possibilidades de expansão posterior da indústria, caracterizando o que se chamou “estreitamento relativo do mercado”.

Ainda, uma terceira distorção verificou-se com o aumento vertiginoso da participação do setor público na economia, fenômeno já esperado, dadas as funções que o setor público da economia deve desempenhar, seja na implantação de uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento, sejam no atendimento de serviços básicos necessários à coletividade, motivadas pelo aumento da população, aumento da renda per capita e crescente urbanização. Neste cenário, constatou-se um baixo nível de eficiência do setor público na alocação de seus recursos, quando comparado ao setor privado.

Tais distorções acabaram por conduzir à prematura retração das taxas de crescimento do produto nacional.

Lafer (1975, p.97), considera que:

No momento em que a expansão industrial deixou de ser somente função da dimensão absoluta do mercado para ser também função das taxas de crescimento do mercado, o estreitamento diagnosticado, aliado às distorções de um comportamento inflacionário da economia, conduziram a uma rigidez ou inflexibilidade do sistema responsável pela não-continuação do crescimento dentro de novos padrões.

A tentativa do governo em conter o processo inflacionário através de cortes de demanda e restrição de crédito acabou por conduzir a economia a experimentar novas e intensas crises conjunturais. Porém, não se pode negar que, apesar das contradições da política econômica verificadas nesse período, significativos esforços foram envidados para reprimir a inflação, de tal forma que chegou a provocar uma alteração nos hábitos e comportamento dos agentes econômicos, preparando o terreno para o governo empreender sua política de retomada do desenvolvimento econômico.

Goldenstein (1986, p.95), lembra que o PED iniciou uma nova política de desenvolvimento do setor bancário. O governo anterior estimulou a especialização das atividades bancárias, privilegiando o papel dos bancos de investimento como fonte principal de créditos a longo prazo, enquanto os novos governantes, em especial o ministro Delfim Neto, estimularam a formação de grandes conglomerados financeiros.

Porém, estas medidas não eram suficientes para fazer crescer, com a velocidade necessária, a oferta de créditos às empresas. Por causa da insuficiência da poupança nacional, estimulou-se a captação de recursos externos para garantir a aceleração do crescimento econômico.

Os empréstimos externos também financiaram grandes programas de obras públicas. Prefeituras e governos estaduais venciam suas dificuldades orçamentárias com o recurso do financiamento externo para a construção de obras de infra-estrutura.

A abundância de crédito, ampliação da demanda, aumento do volume dos investimentos, levou à aceleração do crescimento da economia brasileira, e o país “arrancou”. Tal fenômeno foi denominado “Milagre Econômico”, durante o período 1968-1973.

Somando-se a isso têm os planos governamentais em prol da estabilização; os esforços para conter as despesas correntes influenciando negativamente nos programas de investimento; a estabilização que acabou diminuindo as atividades (internas e externas) de investimento, credores privados e órgãos internacionais na expectativa para avaliar a estabilidade e consistência do regime. Isto tudo como agravantes a serem superados e dar início a um ciclo virtuoso na economia.

Pode-se ainda ressaltar que o forte crescimento iniciado em 1968 decorreu das atividades econômicas do setor público, da expansão da produção de bens de consumo durável.

A interferência do governo, segundo Baer (1979, pg. 241), nas atividades de investimento e produção pode ser descrita com o aumento das despesas do governo/ PNB na ordem de 30% nos inícios da década de 70, o que se comparado com outros países é de alto índice. Ainda, o governo exerce influência na alocação de recurso e na distribuição de renda através do aparato fiscal. Por exemplo, em 1969, mais de 36% das despesas públicas voltava-se para previdência social e educação e 17% das despesas em infra-estrutura (a maior parte na construção rodoviária).

O Estado através do aparato fiscal contribuiu positivamente sobre a distribuição da renda e alocação de recursos, com a aplicação de impostos indiretos na ordem de 18,1% do PIB.

O Estado também atua no sistema bancário como maior acionista do Banco do Brasil; controlador do Banco do Nordeste, BNDE, Banco Nacional de Habitação e às Caixas Econômicas. As atividades abrangem ainda 15 bancos comerciais estatais e 11 bancos

de desenvolvimento em nível estadual. Na atuação dos bancos comerciais, o governo responde por 55% dos depósitos e 58% dos empréstimos.

No ramo de infra-estrutura, o Governo detém empresas nas atividades do aço, mineração, petróleo, produtos petroquímicos e em certos campos do transporte. Pode-se afirmar que as empresas públicas estão entre as maiores do país. Pegando-se as 25 maiores firmas no que tange valor de vendas em 1971, 8 eram estatais e respondiam por 31% das vendas. Em termos de emprego, 7 eram públicas e responsáveis por 51% do emprego. E, por fim, em termos de ativos fixos 17 eram públicas com 82% do patrimônio total.

Conforme Baer (1979, pg. 243), a promulgação do Conselho Interministerial de Preços (CPI) cuja composição foi feita pelos ministérios da Fazenda, Planejamento, Comércio e Agricultura; tinha como objetivo controlar preços e alocar quaisquer recursos. Então, no caso de uma firma elevar os preços sem uma justificativa prévia o Conselho atua restringido créditos dessa com qualquer instituição financeira. Todavia, o CPI evitava por em prática tal objetivo se as firmas informassem os custos e promettessem estabelecer preços com taxas de lucros razoáveis.

O governo empreendeu enormes projetos para alavancar o desenvolvimento em infra-estrutura e ter indústrias pesadas sob seu controle. Isto tudo somente ganhou força no final da década de 60 devido às negociações de empréstimos para financiar tais projetos.

3.3. O DOCUMENTO “METAS E BASES PARA A AÇÃO DO GOVERNO”

Em outubro de 1969, sob o governo do presidente Garrastazu Médici, que manteve vigentes os objetivos do Programa Estratégico.

O processo de planejamento permitia inovar e corrigir, visando a “continuidade com aperfeiçoamento”. Desta forma, não era conveniente formular um novo plano. Segundo Lopes (1990, p.92), Médici julgou adequado explicar suas diretrizes de ação num documento denominado “Metas e Bases para a Ação do Governo”, publicado em setembro de 1970, que estabelecia os seguintes objetivos:

- a) Ingresso do Brasil, até o final do século, no mundo desenvolvido.
- b) Consecução de Metas, no período 1970-1973, que assegurassem à economia brasileira alcançar crescimento expressivo no que se refere ao Produto Interno Bruto - PIB (41%). Ou seja, PIB *per capita* (26%), oferta de emprego (13%), investimento bruto (58%), produto nacional (51%) e exportação (46%).
- c) Incremento do processo de desenvolvimento auto-sustentado e integrado, via:
 - crescimento econômico: taxa crescente, que alcance no mínimo de 7 a 9% a.a. no período e evolua para 10%.
 - expansão de emprego, elevando-se de 2,8% a 2,9% a.a. para a ordem de 3,3% a.a. em 1973.
 - progresso social.
 - taxa decrescente de inflação, evoluindo até 10% a.a. em 1973.
 - política racional de balanço de pagamentos.
 - correção de desequilíbrios regionais e setoriais.

- continuação das reformas econômicas, sociais e políticas.
 - estabilidade política.
 - segurança nacional.
- d) Crescimento no período dos setores de infra-estrutura (transportes, comunicações, energia elétrica), indústria de transformação e extrativa mineral, construção civil e outros serviços em taxas anuais indicadas.
- e) Expansão dos fatores básicos de crescimento do PIB.

Nos anos de vigências das Metas e Bases obteve-se êxito no controle da inflação (a taxa média baixou para 17,3% no período 1970-1972), e no crescimento do produto interno de 12,5% (no mesmo período).

3.4. PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Segundo Germaud & Pires (1999, p.41), ao final da década de 50 surgiu no Brasil uma tradição de cada governo apresentar um programa de ação. Assim, houve, no período Kubitschek, o Plano de Metas; no governo Goulart, o Plano Trienal; na presidência de Castelo Branco, o PAEG; e, com Costa e Silva, o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED).

A chamada *Era dos PNDs* (que envolveu o I, II e III PND dos governos militares e o I PND da Nova república) teve sua justificativa formal nos Atos Complementares nº 43 e nº 76, de 1969, os quais estabeleceram que cada novo governo deveria propor, no seu primeiro ano de gestão, um plano de desenvolvimento a ser obedecido nos anos subseqüentes do seu governo e para o primeiro ano de seu sucessor. O governo de Emílio Garrastazu Médici, em setembro de 1970, preparou um documento intitulado *Metas e Bases para a Ação do Governo* que, em dezembro de 1971, complementou-se pelo I

Plano Nacional de Desenvolvimento, cumprindo a legislação vigente.

Segundo Kon (1999, p.45), para que o Brasil figurasse no cenário mundial como potência, era preciso “modernizar os setores dinâmicos da sociedade brasileira e aprofundar o desenvolvimento científico e tecnológico”. Assim, estabeleceu-se como metas a serem alcançadas pelo Plano Nacional de Desenvolvimento:

- desenvolvimento da empresa nacional, de maneira a fortalecer o poder de competição interno e permitir a expansão para o exterior; para tal, é necessária a criação de um sistema financeiro de apoio à reorganização e modernização dos setores industriais, assim como dar a elas proteção e os incentivos necessários;
- preparação do cidadão brasileiro, sobretudo por meio da universalização do ensino fundamental, da intensificação da alfabetização de adultos, da qualificação de recursos humanos de alto nível e da educação permanente de adultos;
- ingresso do país na era nuclear, pela construção da primeira usina nuclear brasileira, e também na II Revolução Industrial, em áreas selecionadas como a espacial.

A continuação do crescimento econômico também era uma meta, prevendo-se a evolução do PIB da ordem de 7% a 9% ao ano nos três anos seguintes. Porém, tal crescimento deveria ser integrado. Esta integração podia ter diversas interpretações. Existia a idéia, semelhante à do PED, de diversificação das fontes de crescimento, integrando outros elementos para fornecer dinamismo à economia: ainda era possível a continuidade da substituição de importações em alguns setores, porém o crescimento do mercado interno e a promoção de exportações passaram a fazer parte das metas de governo.

Também pretendia-se a retomada do dinamismo da agricultura através da modernização da agricultura tradicional e da expansão da

fronteira agrícola, ambas mediante incentivos de crédito, preço e assistência técnica. Assim, toma forma um outro aspecto de grande importância para o crescimento integrado: a integração do território nacional, notadamente da região amazônica e do Nordeste, por meio da implantação do Programa de Integração Nacional (PIN), da intensificação de projetos de infra-estrutura, especialmente no setor de transportes (Transamazônica) e de irrigação.

Ainda, outro aspecto desse crescimento integrado é o Programa de Integração Social (PIS), que objetivava a participação do trabalhador no crescimento econômico, ao mesmo passo em que passou a ser uma nova fonte de recursos para o governo.

3.4.1. O Cenário Político

O governo Médici iniciou, no início dos anos 70, o chamado III Governo da Revolução, em sucessão ao governo de Castelo Branco.

Médici tinha uma visão otimista para o período de seu governo. A esse respeito, Germaud & Pires (1999, p.42):

No campo político, o AI-5 (Ato Institucional nº 5), editado em dezembro de 1968, deu amplos poderes de exceção ao Executivo e consolidou o denominado “golpe dentro do golpe”. A linha dura do regime, que alcançara o poder com Costa e Silva e cujo projeto envolvia a continuidade dos militares no poder por prazo indeterminado, firmou-se peremptoriamente ao conseguir impedir a posse do civil Pedro Aleixo quando da doença de Costa e Silva e fazer o seu sucessor. Com a posse de Médici consolidou-se a faceta mais dura do regime militar, aprofundando a repressão política e inibindo com maior rigor eventuais discordâncias na sociedade em relação aos rumos da política e da economia nacional. Apesar de estar presenciando o auge da luta armada, o isolamento social dos guerrilheiros, seu número diminuto e a violenta repressão já em curso não permitiam antever qualquer possibilidade mais concreta de sucesso para esta parcela da oposição. A “oposição oficial”, congregada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), amargava com o estreitamento do espaço de discussão pública, a perda de quadros partidários e os insucessos eleitorais, dos quais o mais dramático foi a vitória acachapante da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) nas eleições de 1970.

O excelente desempenho dos principais indicadores econômicos, desde 1968, foi o fator principal responsável pelo fracasso eleitoral do MDB nesse ano. O crescimento econômico acelerado representou um instrumento poderoso de legitimação do regime militar perante a população.

O início do “Milagre Econômico” deveu-se a uma série de fatores favoráveis, internos e externos, quais sejam:

- As bases institucionais criadas pelas reformas introduzidas no período 1964-1967, que permitiram ao Estado brasileiro recuperar sua capacidade de investimento e possibilitaram também ao setor privado novas formas de financiamento;
- O cenário externo favorável, com crescimento mundial e, portanto, da demanda pelas exportações nacionais, além de uma situação financeira internacional bastante líquida;
- A existência de capacidade ociosa em função da crise econômica do período 1962-1966.

Pode-se mencionar, ainda, a reversão das políticas fiscal e monetária, a partir de 1967, até então utilizadas em sentido contracionista em função das metas de combate à inflação caracterizada como uma inflação de demanda. Estas passaram a atuar favoravelmente ao crescimento econômico. Tudo isso permitiu à economia brasileira desencadear um intenso processo de crescimento econômico nos anos circundantes ao início da década de 70. Ainda, uma redução dos níveis inflacionários acompanhou o desempenho excepcional da produção e do emprego no início dos anos 70.

1 PND

A Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971 – I Plano Nacional de Desenvolvimento – configura uma extensão das “Metas e Bases”. Dividia-se em duas partes: modelo brasileiro e estratégia de

desenvolvimento e execução da estratégia. Introduziu-se, pela primeira vez na história do Planejamento, a expressão “modelo brasileiro de desenvolvimento”, largamente utilizado nos anos seguintes. Segundo Lopes (1990, p.93), “O modo brasileiro de organizar o Estado e moldar as instituições para, no período de uma geração, transformar o Brasil em nação desenvolvida, constitui o modelo brasileiro de desenvolvimento.”

Na percepção de Simonsen & Campos (1974, p.69), o I PND

Acentua a linha de continuidade revolucionária desde 1964, ao longo de três governos revolucionários, o primeiro dos quais concentrado na tarefa de reconstrução e modernização institucional, o segundo na retomada do crescimento e o terceiro na de elevação do país à categoria dos países de alto nível de desempenho, com crescimento do produto interno bruto a taxas superiores a 9%, e da produção industrial acima de 10% ao ano.

O Plano oficializa, ambiciosamente, o conceito de “modelo brasileiro”, definindo-o como o “modo brasileiro de organizar o estado e moldar as instituições para, em uma geração, transformar o Brasil em nação desenvolvida”. Esse modelo nacional deveria, “por um lado, criar uma economia moderna, competitiva e dinâmica e, por outro lado, realizar democracia econômica, social, racial e política”.

Simonsen & Campos (1974, p.69) elencam os pontos principais desse “modelo”:

1) Incorporação dos modernos instrumentos de evolução das economias desenvolvidas, entre os quais se destacam: a) a influência crescente do governo, através da expansão de investimentos e uso da capacidade regulatória; b) incremento da prosperidade social, por meio da elevação anual do nível de renda; c) coerência e racionalidade das decisões, mediante planejamento de longo prazo.

2) Criação de uma economia que capacite o Brasil a enfrentar a competição econômica e tecnológica moderna.

3) Vitalidade do setor privado, advinda de uma nova concepção de empresa, com tendência a fusões e modernização das estruturas de produção e comercialização, sem prejuízo do incentivo à pequena e média empresas nos setores em que o efeito das economias de escala é menos forte.

4) Promoção, pelo governo, das condições para a modernização dinâmica e competição, mediante incentivos ao setor privado e concessão de prioridades aos investimentos diretos em setores como Educação, Habitação, Energia, Transportes e Comunicações.

5) Equilíbrio entre União e Estados, em termos de federalismo cooperativo, cabendo à União definir a estratégia e as prioridades nacionais, e aos Estados a execução de obras de sentido local e a responsabilidade pela atuação coordenada dos municípios.

Conta Furtado (1998, p.199) que o I PND definiu como principal pólo gerador do desenvolvimento nacional os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, alegando que essa região teria capacidade de assegurar a expansão das indústrias, com o aporte científico e tecnológico nacional decorrente de um sistema educacional avançado. Os investimentos se expandiriam a partir dessas regiões, amenizando ou até mesmo removendo as desigualdades e possibilitando o nivelamento das regiões brasileiras. O autor ressalta que o que aconteceu, na verdade, foi uma maior centralização do capital, com um acentuado desenvolvimento da indústria naquela região, aumentando ainda mais as desigualdades regionais.

O I PND privilegiava três objetivos principais, todos de caráter econômico:

- colocar o Brasil, em uma geração, na categoria das nações desenvolvidas;
- duplicar, até 1980, a renda *per capita* do País;

- elevar a economia, em 1974, às dimensões resultantes de um crescimento anual do PIB entre 8% e 10%.

Sua estratégia global era a expansão da fronteira econômica, uso intensivo de recursos humanos, consolidação do desenvolvimento Centro-Sul e industrialização do Nordeste, num processo de intensa integração nacional.

Visando aprimorar o poder competitivo nacional, o Plano propõe:

- desenvolvimento de insumos essenciais a preços internacionalmente competitivos;
- política de capitalização que viabilize e fortaleça a formação do capital real das empresas e redunde em melhoria de sua estrutura financeira;
- criação do modelo brasileiro de capitalismo industrial, de molde a formar a grande empresa nacional e levá-la a participar em empreendimentos de grande importância;
- política de modernização da empresa nacional, privada e pública, no tocante à tecnologia e à capacidade gerencial.

I PND correspondeu, à exceção do seu último ano de vigência, a um período extremamente favorável da economia brasileira.

Afirma Lopes (1990, p.94), que

Como resultado da política antiinflacionária da década anterior, da resposta do setor industrial aos diversos apoios criados e de vigoroso crescimento da própria economia mundial, o Brasil apresentou uma performance notável no período, concomitantemente a uma queda significativa nas taxas de inflação.

Por sua vez, Furtado (1998, p.199), analisando os resultados alcançados pelo I PND, considera que:

O I PND, apesar das restrições, alcançou os objetivos quantitativos globais visados. A economia cresceu aceleradamente; o PIB aumentou à

taxa de 11,1% em 1972, 13,6% em 1973 e, apesar da “crise do petróleo”, desencadeada no último trimestre de 1973, e das dificuldades com a comercialização da soja e do café, o produto real cresceu 9,7% naquele ano. O Brasil, que ocupava o 15º lugar entre as maiores economias do mundo, passou à 8ª posição em 1973. As exportações elevaram-se 174% entre o final de 1871 e o de 1974, tendo a balança comercial revelado um déficit decrescente, que chegou a alcançar certo equilíbrio em 1973, quando apresentou um saldo positivo de 182 milhões de dólares. O aumento dos déficits da conta de serviços determinou, no entanto, um déficit em conta corrente do balanço de pagamentos. O volume de recursos externos obtidos pelo governo foi, todavia, suficiente para não só ajustar o balanço de pagamentos como acumular reservas internacionais, que em fins de 1973 atingiram cerca de seis bilhões de dólares.

Neste período, a política de endividamento externo figurou como principal fator de aceleração do crescimento econômico. A economia tornou-se mais dependente do capital estrangeiro e, ainda, ao incentivar a exportação, diminuiu a oferta interna, principalmente de produtos agrícolas.

Ainda, em 1973, a crise provocada pelo aumento vertiginoso do preço do petróleo no mercado internacional deteriorou ainda mais a situação econômica brasileira: no plano externo, com o agravamento dos reajustes do balanço de pagamentos e, no plano interno, com o reinício da escalada das taxas de inflação.

Kon (1999, p.46), expressa sua percepção em relação ao I Plano Nacional de Desenvolvimento:

... Nele também percebe-se um caráter discursivo evidente e é bastante parcimonioso no diagnóstico da economia brasileira, preocupando-se, quase que exclusivamente, com o estabelecimento de grandes linhas de atuação do Estado para os anos seguintes. De igual modo, o plano procede a um diagnóstico bastante superficial do contexto internacional e das implicações para a economia brasileira, referindo-se, genericamente, à revolução tecnológica em curso e à necessidade de adaptação da economia nacional a esses novos padrões tecnológicos.

3.5. O “MILAGRE BRASILEIRO”

Brum (1999, p.322) explica a origem do termo “milagre brasileiro”:

A expressão “milagre brasileiro” decorreu de fenômenos idênticos ocorridos na Alemanha (Ocidental) e no Japão, nas décadas imediatamente anteriores. Nos anos 50, a economia (indústria) alemã emergiu dos escombros da Segunda Guerra Mundial com extraordinária pujança, passando a competir agressivamente no mercado mundial. A dificuldade em explicar a rapidez com que a Alemanha se reerguia das ruínas da guerra – motivo de surpresa e admiração – levou os profissionais da imprensa e analistas a divulgarem o fenômeno através da expressão “milagre alemão”. Por sua vez, o Japão, outro país atingido duramente pela guerra, projetou-se economicamente no mundo, com grande força e poder de competitividade, a partir dos anos 60, o que levou os analistas a identificarem o fenômeno como o “milagre japonês”. O crescimento econômico acelerado desses países por longo tempo possibilitou a sua transformação em potências econômicas, financeiras e tecnológicas.

No plano econômico brasileiro, a ação dos governos obedecia quatro diretrizes básicas, complementares e integradas: criar e assegurar condições para um crescimento econômico acelerado; consolidar o sistema capitalista no país; aprofundar a integração da economia brasileira no sistema capitalista internacional; e transformar o Brasil em potência mundial, retirando-o da condição de país subdesenvolvido e projetando-o como integrante do chamado Primeiro Mundo.

Após a fase de estabilização, o país estava pronto para uma nova etapa de expansão econômica. A preocupação central passou a ser o crescimento econômico, tendo como carro-chefe a expansão industrial, principalmente a indústria de bens de consumo duráveis. Era uma opção que priorizava o consumo das camadas alta e média da sociedade e os setores industriais que produziam esses bens.

Segundo Mendonça (1986, p.75),

... o período compreendido entre 1962 e 1967 foi todo ele de crise econômica, sendo que, a partir da inflexão produzida em 1964, se praticou uma recessão calculada, tida como necessária para o restabelecimento do ciclo econômico. Seu resultado seria – entre 1968 e 1974 – o conhecido “milagre brasileiro”, cuja essência nada mais significou senão a garantia de lucros faraônicos às empresas monopolistas (nacionais e estrangeiras).

Furtado (1981, p.39), a esse respeito se manifesta:

As modificações institucionais introduzidas (...) abriram novas possibilidades de ação mas também revelaram a intenção os grupos que ascenderam ao poder mediante o golpe militar de abandonar a orientação do desenvolvimento às forças do mercado. Caberia aos interesses que aí se confrontam definir essa orientação. As empresas transnacionais seriam as principais beneficiárias dessa política. A lei bancária de 1964, e a do mercado de capitais do ano seguinte ampliaram o campo de ação dos intermediários financeiros, os quais viriam a ganhar posteriormente grande autonomia na criação de liquidez, no manejo dos recursos financeiros e na captação de poupança externa. Em função dos interesses desses intermediários, cuja participação na renda nacional viria a crescer de forma exorbitante, parte significativa da poupança foi canalizada para o financiamento do consumo de grupos de rendas médias e altas. Concomitantemente, o salário básico real era reduzido, o que permitiu comprimir custos, liberar recursos e ampliar os mercados que a concentração da renda ia modelando. A conjunção desses dois fatores – crédito ao consumo e redução do salário básico – produziu o perfil de demanda que favorecia as empresas produtoras de bens duráveis de consumo.

Brum (1999, p.322) afirma que, na fase do “milagre brasileiro”, a economia apresentou extraordinária expansão, ou seja, um período de vários anos consecutivos em que a economia do país, favorecida por vários fatores e circunstâncias, teve um crescimento acelerado, com taxas médias anuais superiores a 10%, enquanto a inflação apresentava índices relativamente baixos, com média anual inferior a

20%. Este período estendeu-se de 1968 a 1973 (Quadro 1). Porém, o país não conseguiu agüentar por longo tempo esse alto desempenho econômico. A partir de 1974, o crescimento do PIB passou a apresentar tendência declinante, e, a partir de 1981, o país entrou em profunda crise econômica.

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO ANUAL DA BALANÇA COMERCIAL, DA INFLAÇÃO E DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Ano	Exportações (em milhões de dólares correntes)	Importações	Saldo	Inflação %	Crescimento do PIB (%)
1968	1.881	1.855	26	25,4	11,2
1969	2.311	1.993	318	19,3	10,0
1970	2.739	2.507	232	19,3	8,8
1971	2.904	3.247	-343	19,5	11,3
1972	3.991	4.232	-241	15,7	11,9
1973	6.199	6.192	7	15,6*	14,0

Fontes: Banco Central do Brasil e Fundação Getúlio Vargas.

* A taxa de inflação em 1973 foi manipulada pelas autoridades econômicas da época, com a finalidade de conceder reajustes salariais mais baixos. O Banco Mundial (BIRD) calculou a inflação brasileira de 1973 em 22,5%, bem acima dos 15,6% da taxa oficial.

Este quadro mostra que a economia brasileira começou a apresentar crescimento no PIB, exportações e importações durante anos sucessivos. O governo Médici, aproveitando a onda dos “milagres”, procurou difundir a imagem de que a década de 1970 seria assinalada pelo “milagre brasileiro”, procurando tornar o Brasil mais conhecido no exterior e encorajar os investidores estrangeiros a investir no país.

Conforme Brum (1999, p.324),

A ênfase no bom desempenho da economia e a capitalização de êxitos esportivos como a conquista do tricampeonato mundial de futebol no México (1970) buscavam também legitimar internamente o regime militar e contrabalançar a imagem negativa do país, difundida pela imprensa internacional que criticava duramente a ditadura militar brasileira. O governo ignorava, ou ocultava, as diferenças fundamentais entre os casos alemão e

japonês e a realidade brasileira: enquanto a Alemanha e o Japão desenvolviam projetos auto-sustentados, a economia brasileira estava sendo movida basicamente com recursos externos – empréstimos, capital de risco e tecnologia importada.

Não obstante, nessa fase, vários fatores ou circunstâncias favoreceram a expansão econômica, pois havia um clima favorável aos investimentos econômicos: saneamento da economia e das finanças públicas; estabilidade sócio-política, apesar de imperar o regime autoritário; boas perspectivas de expansão e lucratividade dos empreendimentos econômicos; e restauração da confiança dos investidores. O crescimento econômico que ocorreu a partir de então deveu-se, notadamente, ao aumento dos investimentos estrangeiros e a um amplo programa de investimentos do Estado, financiado com recursos de instituições internacionais de crédito.

A conjuntura econômica mundial favoreceu sobremaneira a expansão da economia brasileira. Com a ampla disponibilidade de capital do exterior, o Brasil, a exemplo de outros países em desenvolvimento, buscou créditos externos em escala crescente. O setor público havia recuperado o crédito no exterior e aumentado o controle sobre a arrecadação interna de tributos, recuperando sua capacidade de investir e definir grandes projetos.

Simultaneamente aos empréstimos externos, cresceu o volume dos investimentos diretos de capital estrangeiro. O ingresso de capital de risco no Brasil, que fora de apenas US\$ 30 milhões em 1963, alcançou US\$ 938 milhões em 1973. Também o reinvestimento de lucros obtidos pelas multinacionais no país aumentou (Quadro 2). Ainda, a legislação restritiva em relação ao exercício da cidadania, a repressão, o controle sobre os sindicatos e a política de arrocho salarial garantiam mão-de-obra barata e “disciplinada”, sem qualquer possibilidade de reivindicação ou de rebeldia cívica.

QUADRO 2 – INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS LÍQUIDOS NO BRASIL –
VALORES ACUMULADOS ATÉ 1973 – EM US\$
MILHÕES

Ano	Investimentos*	Reinvestimentos de lucros**	Total do Ano	Total Acumulado
1964	28	58	86	3.023
1965	70	84	154	3.177
1966	74	85	159	3.336
1967	76	39	115	3.451
1968	63	48	111	3.562
1969	189	133	322	3.884
1970	146	22	168	4.052
1971	169	395	564	4.616
1972	337	201	538	5.154
1973	938	512	1.450	6.604

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

* A série não está compensada por investimentos brasileiros no exterior, isto é, não deduz tais investimentos, no valor de US\$ 2 milhões em 1968, US\$ 12 milhões em 1969, 14 milhões em 1970, US\$ 1 milhão em 1971, US\$ 19 milhões em 1972 e US\$ 38 milhões em 1973.

** O reinvestimento de lucros obtidos no país pelas multinacionais é também registrado como capital estrangeiro.

Ampliou-se o crédito ao consumidor, principalmente para a compra de bens de consumo duráveis. Conseqüentemente, a indústria automobilística, que liderou a expansão industrial, teve um crescimento médio anual superior a 30%. Volkswagen, General Motors, Ford e Chrysler, os quatro maiores grupos automobilísticos sendo o primeiro alemão e o restante norte-americanos, instalados no país após o golpe militar de 1964, impulsionaram a produção de veículos automotores.

No período 1968-1973 o comércio exterior desenvolveu-se acentuadamente. O crescimento da produção industrial exigia o aumento da importação de determinados bens, principalmente máquinas, equipamentos, petróleo e outras matérias-primas básicas. Em contrapartida, as exportações e a sua diversificação foram incentivadas pelo governo: concessão de créditos em condições favorecidas com isenções ou redução de tributos; estímulo à expansão do cultivo da soja, um produto promissor no mercado externo;

intensificação da exportação de produtos industrializados. Assim, reduziu-se a dependência do país de um único produto básico de exportação, o café, que representava 57% do valor das exportações brasileiras no período de 1947 a 1964, 37% entre 1965 e 1971, e passou a representar apenas 15% entre 1972 e 1975. Não obstante, a balança comercial continuou deficitária e, como a conta de serviços sempre foi negativa, o desenvolvimento brasileiro tornou-se ainda mais dependente do capital estrangeiro.

Segundo Langoni (1985, p.8), a balança comercial oscilava entre pequenos superávits e déficits, porém não havia desequilíbrio. O endividamento externo, portanto, não era o resultado do financiamento do desequilíbrio, e sim um processo de absorção de poupança externa. As condições de acesso ao mercado financeiro eram tão favoráveis que tornavam possível tomar empréstimos com o único objetivo de acumular reservas internacionais. Por sua vez, o aumento de reservas facilitava a continuidade de concessão de novos empréstimos pelos bancos internacionais.

O estoque da dívida ainda era pequeno, por isso a relação que afetava o processo decisório dos bancos era a comparação, então significativamente favorável, entre crescimento das exportações e a taxa de juros. De fato, a relação entre despesas com juros e exportações, reduz-se de 11% para 8% no período. Ao incluir-se as amortizações, considerando-se a relação serviço da dívida e exportações, verifica-se apenas ligeiro crescimento neste indicador até 1975.

Entusiasmados com a nova clientela – os países recém-industrializados -, que aparentemente conciliavam alta rentabilidade e pequeno risco, os bancos internacionais começaram a organizar-se para lidar com países, e não mais com empresas: criaram departamentos especializados para o atendimento e os economistas iniciaram seus estudos prospectivos na evolução da economia desses

países. O processo era tão dinâmico e a competição tão acirrada que muitas vezes os estudos econômicos eram utilizados para justificar o que já havia sido feito em matéria de empréstimos. Assim, as operações internacionais passaram a se constituir na principal fonte de geração de lucros desses bancos.

Segundo Brum (1999, p.328), no período do “Milagre Brasileiro” (1968-1973), o crescimento econômico alcançou um patamar expressivo, registrando a taxa anual média de 11,2%, o que equivalia a quase dobrar o tamanho da economia brasileira em apenas seis anos.

Tal crescimento deveu-se à expansão industrial e dos serviços, com taxas médias anuais de 13,1% e 11,7%, respectivamente, enquanto a agricultura apresentou um ritmo médio menor, de 3,9% ao ano.

Também outros indicadores demonstram o bom desempenho da economia nessa fase: a inflação apresentou taxas declinantes, com média anual inferior a 20%; as exportações passaram de US\$ 2,7 bilhões em 1970 para US\$ 6,2 bilhões em 1973; as importações subiram de US\$ 2,8 bilhões para US\$ 7,0 bilhões; as reservas internacionais aumentaram de US\$ 656 milhões em 1969 para US\$ 6,417 bilhões em 1973. Porém, em contrapartida, a dívida externa saltou de US\$ 3,4 bilhões em 1967 para US\$ 5,3 bilhões em 1970, e para US\$ 12,6 bilhões em 1973 (BRUM, 1999, p.328).

3.6. CRESCIMENTO E EMPREGO

O objetivo básico do I PND foi o crescimento econômico em detrimento de outros objetivos possíveis, tais como o de estabilização ou melhoria da distribuição de renda.

Segundo a visão dos formuladores do I PND, o primeiro governo revolucionário empreendeu a “reconstrução econômica”, o

segundo governo, a “expansão econômica acelerada” e, o terceiro, pretendeu consolidar o processo de expansão econômica, mantendo-se uma taxa de aumento do PIB da ordem de 9% ao ano, com a indústria crescendo acima de 10%.

Conforme Kon (1999, p.47), o projeto de Brasil potência expressa-se no objetivo de fazer com que o país passe da posição de nona a oitava economia do mundo ocidental, ultrapassando, em 1974, o montante de US\$ 500 de renda per capita.

Por sua vez, o emprego deveria crescer a uma taxa média de 3,1% entre 1970 e 1974. Comparado esse percentual com o aumento da população de 2,8%, permitiria a redução do nível de desemprego e subemprego. O crescimento de 3,1% ver-se-ia diferenciado segundo os setores de atividade, ampliando-se desde um máximo de 4,7% no setor terciário até um mínimo de 1,2% na agropecuária, passando pelo índice de 4,1% no setor secundário. Mas essas taxas de crescimento do emprego, apesar de superiores às taxas de crescimento da população, não significaram fortes pressões sobre o mercado de trabalho. Na verdade, a maior parte das fontes de crescimento não reside na incorporação de mais trabalhadores, mas sim no aumento da produtividade e nos ganhos tecnológicos.

Para enfrentar as dificuldades de viabilização das metas do I PND, a taxa de investimento bruto da economia deveria se elevar de 17% em 1970 para 19% em 1974. Alinhando-se ao que ocorria então nas economias desenvolvidas, o I PND propõe que um dos principais instrumentos para a consecução dos objetivos propostos seja a influência crescente do governo na gestão do sistema econômico, com expansão de seus investimentos e da sua capacidade de regulamentar.

3.7. O DESENCANTO CONTÍNUO

O desinteresse progressivo que muitos países demonstravam pelo processo de planejamento decorria, em parte, do fato que a esperança de sucesso superava, em muito, as reais possibilidades do processo.

Segundo Lopes (1990, p.106), a crise pela qual passara o Brasil nos primeiros anos da década de 1960, garantira ao novo Governo um apoio irrestrito e uma capacidade de sacrifício, por parte da Nação, muito acima do normal. A empatia com os objetivos do Governo decorria dos riscos vividos recentemente, ainda vivos na memória dos cidadãos.

Apoiado pela população e auxiliado pela temperatura amena da economia mundial, o planejador brasileiro pôde estabelecer rígidas diretrizes. Se as metas não foram atingidas, logrou-se alcançar um patamar de desenvolvimento significativo, acoplado a um controle de inflação em taxas suportáveis.

A partir de 1970, o hiato entre o produto potencial e efetivo foi gradativamente diminuindo ao mesmo passo que diminuía o excesso da oferta de mão-de-obra. Então, a ampliação da capacidade produtiva poderia ocasionar ponto de estrangulamento na economia, no entanto, a política de importações veio a evitar tal problema, como pode ser visto no quadro 3.

QUADRO 3 – IMPORTAÇÕES NA ECONOMIA BRASILEIRA

Ano	Importações (em US\$ milhões)
1966/70	1860
1971	3245,5
1972	4224,1

Fonte: Banco Central do Brasil, Relatório de 1972

Este crescimento de importações, segundo Singer (1985, pg. 134), contribuiu para abrir pontos de estrangulamento em potencial examinando-se como evoluiu a importação de insumos produtivos.

Esta expansão econômica está atrelada às importações gerada pela grande expansão das exportações, a inserção de capital estrangeiro na economia e a ausência de fortes pressões inflacionárias. O crescimento das exportações devido à variedade dos produtos primários (soja, carne, pescado) e industrializados (calçados, material de transporte, suco de fruta) e expansão da demanda.

O problema que não foi examinado decorre da ausência de produção interna do Departamento I e solucionada de forma incorreta pela importação e explicada pela rapidez e facilidade de obtê-la.

O cenário internacional favorável para efetuar uma parcela crescente do excedente no exterior, possibilitou a conversão do capital acumulado sem moeda de capital produtivo e esta pôde ser utilizada como meio de pagamento por recursos produtivos requisitados de demais países.

A expansão dos capitais estrangeiros passou de US\$ 405 milhões em 1970 para US\$ 3483 milhões em 1972 devido à alta liquidez no mercado mundial de capitais e a política voltada a captação externo para investimentos e empréstimos.

A entrada de capitais externos possibilitou segundo Singer (1982, pg. 135), sanar o déficit comercial de US\$ 363 milhões em 1971 e US\$ 237 milhões em 1972, e, o déficit da balança de serviços que aumentou de US\$ 598 milhões em 1966/70 para US\$ 959 milhões em 1972. Pode-se averiguar que o crescimento do déficit da balança de serviços decorre do capital estrangeiro (remessas de lucros, juros, amortizações, etc.) por corresponder próximo de 50% do déficit total dos serviços. Mesmo assim, as importações cresceram a tal ponto

superando as exportações e prolongando o arrojo econômico e evitando pressões inflacionárias.

Percebe-se que as conquistas da expansão econômica brasileira têm sido desigualmente distribuídas, com a maior parte da renda em detenção dos 5% situados no topo. Essas informações podem ser confirmadas através do quadro a seguir.

TABELA 4 – VARIAÇÕES NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

	Valores percentuais		Renda per capita (em US\$)	
	1960	1970	1960	1970
40% inferiores	11,2	9,0	84	90
40% seguintes	34,3	27,8	257	278
15% seguintes	27,0	27,0	540	720
5% situados no topo	27,4	36,2	1645	2940
Total	100,0	100,0	300	400

Fonte: Calculado a partir do IBGE, Censo Demográfico, 1970.

Verifica-se no quadro 4 uma elevação na concentração da distribuição de renda, com a diminuição de renda, com a diminuição dos 40% situados na base da pirâmide de 11,2% para 9% e dos 40% seguintes de 34,4% para 27,8%, em contraste com os 5% situados no topo da pirâmide de renda que ampliaram de 27,4% para 36,2%.

Portanto, é questionável esse perfil de distribuição de renda para com a possibilidade de estagnação, uma vez que a reduzida parcela da população estaria ou não apta para constituir um mercado de dimensões suficientes para sustentar elevada taxa de crescimento econômico.

Para negar tal hipótese, pode-se afirmar que o governo com boa gestão, pode gerir o crescimento, e, que mesmo 20% da população com acesso a mais de 63% da renda nacional representa um amplo mercado.

No entanto, conforme Baer (1979, pg. 81), essa última possibilidade pode ser caracterizada como uma situação de “Bélgica na Índia”, pois 20% da população (aproximadamente 22 milhões)

vivem com uma renda per capita de US\$ 1000 ao lado de 85 milhões de pessoas que recebem rendas abaixo de US\$ 300.

A perspectiva adotada pelos defensores do regime seria aumentar os investimentos na educação, o que proporcionaria melhorar na distribuição de renda, uma vez que se criaria gradualmente uma mão-de-obra qualificada em face à demanda, propiciando uma diminuição entre a remuneração dos diversos tipos de trabalho.

No entanto, a explicação da elevação na concentração de renda nos anos de 1960 estivesse atrelada à escassez de mão-de-obra qualificada poderia ser vinculada às políticas governamentais de 1964. Não obstante, inúmeros críticos argumentavam que as políticas salariais pós-1964 eram responsáveis pela concentração de renda. Uma vez que, o salário mínimo real e o salário industrial diminuíram durante os anos da estabilização devido aos incrementos de produtividade. Logo, a deterioração na distribuição de renda entre o trabalho e o capital.

A inclusão da tecnologia no setor produtivo, pode ser apontada como motivo que contribuiu à concentração de renda. Assim, com a indústria intensiva no capital e mantido constante os demais fatores ocorreram uma ampliação na concentração da distribuição de fatores, isto permitiu uma alta nos salários reais já que a totalidade de trabalho é reduzida.

A poupança brasileira apresentou um notável crescimento de 19,3% em 1959 para 25% em 1973 dadas proporções do PIB, isto graças ao setor governamental de renda e o comportamento da poupança na economia, uma vez que, a expansão do consumo de bens duráveis por parte das classes abastadas estimulava os consumidores a não poupar.

Conforme Baer (1979, pg 84), a poupança compulsória (FGTS, PIS e o PASEP) destinada a classes menos favorecidas foi utilizada

para projetos de infra-estrutura, construção urbana e outras modalidades que favoreciam classes médias e altas.

A crescente concentração de renda propicia um sério problema porque o investimento ampliado produz um perfil produtivo não condizente com a formação de uma sociedade mais igualitária.

Os programas de incentivos fiscais, a estrutura financeira emergente caracterizada pelo crescente número de instituições de crédito voltadas para consumo de bens de consumo durável e a expansão da classe de gerentes-trabalhadores qualificados e com acesso a rendas mais altas fazem com que se mantenha o perfil “correto” da demanda.

A disparidade regional entre o Sudeste/Sul e o Nordeste no que tange a distribuição de renda, foi combatida através de incentivos fiscais promovido pela SUDENE. Isto culminou no crescimento industrial no Nordeste concentrando-se principalmente em Salvador e Recife, e, caracterizado por ser intensiva em capital, portanto, ofertava reduzidas vagas de emprego.

Contudo, o Nordeste apresentava 30,3% da população e participava apenas com 12,2% da renda nacional e 5,6% da produção industrial. Enquanto, o Sudeste tinha 42,7% da população, 64,5% da renda nacional e 80,6% da produção industrial.

Como forma de atenuar tais divergências regionais, foi empreendida em 1970, a rodovia Transamazônica. Buscava-se estabelecer núcleos de colonização e construção de estradas. Formando um contingente populacional em uma área pouco habitada esperava-se uma migração gradativa como mecanismo de reverter os problemas socioeconômicos de regiões como o Nordeste. Todavia, o planejamento de tal projeto foi deficiente e criou mais problemas do que soluções. Logo, tornou-se prioridade irrelevante nas políticas de integridade regionais.

Vale lembrar que o país vivia sob a opressão militar e grupos contrários a esta subordinação agiam com terrorismo como forma de se manifestar, Bresser (1980, pg. 178). Logo, uma colisão se estabeleceu entre os militares e tal grupo, no entanto, devido às resistências policiais e a falta de adesão popular respectivamente, não houve lutas armadas.

Por outro lado, os opositores ao regime (juventude, intelectuais, lideranças políticas) permaneciam mudos. O “diálogo democrático” continuava e era segura de acordo com que as imagens favoráveis eram criadas juntamente às massas populares. Deve-se a isso a deficiência educacional democrática dos brasileiros e a tentativa militar de formular um projeto nacional.

Essa deficiência está atrelada ao analfabetismo, miséria e marginalização por parte considerável da população brasileira que não chega a participar no processo político. Aliada a isso, a classe operária e a baixa e média classe urbana não possuem espírito democrático. Então, pode-se concluir a baixa adesão do liberalismo político brasileiro, uma vez que em países como Estados Unidos e Inglaterra havia adesão pela quase totalidade da população ao liberalismo político.

Durante o governo Médici, o novo nacionalismo empreendido confunde-se com o patriotismo pelo fato de terem preocupações com a bandeira e hino nacional e com programas de moral e civismo; ingredientes necessários para um novo desenvolvimento nacional como forma de contribuir à construção de um país grande e poderoso. Pode-se citar manifestos como a política externa do café e do café solúvel; política de fretes marítimos e pesca.

A ideologia nacionalista e o projeto nacional começam a ser estilizados com a vocação nacionalista por parte da tutela militar. Contudo, sob dependência do capital estrangeiro e subordinação econômica, política e cultural aos Estados Unidos e a Europa

Ocidental. Fato que cria empecilhos à formulação de uma ideologia nacional sob influencia das lideranças tecnocráticas.

Segundo Bresser (1980, pg. 179) os tecnocratas buscavam uma aliança entre o governo e o capitalismo nacional e internacional no qual o governo não se submetta mais, e, possa ser um elemento mais ativo na busca por uma taxa de crescimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira sofreu enorme influência do capital estrangeiro como forma de se “entregar” ao desenvolvimento, uma vez que os países estavam mais interligados e o Brasil almejava participar cada vez mais da comunidade internacional, como forma de maximizar seu potencial econômico. Todavia, os governantes militares enfatizavam que o País estaria controlada pela Doutrina de Segurança Nacional, e, que não deveria haver preocupação com a entrada maciça de empresas multinacionais na economia; um contraste, já que a economia estava entrando em um processo de desnacionalização e assumindo um caráter de país-periférico-dependente.

Sob a égide militar, as propagandas eram utilizadas para ressaltar o patriotismo e assim conquistar boa parte da população como forma de diminuir o número de opositores.

Logo, a legitimidade conquistada do governo limitar se resumiu na eficácia da gestão econômica com as altas taxas de crescimentos nos anos de 1968 a 1973.

Portanto, o Governo passou a controlar a inter-relação das relações entre as empresas estatais, privadas e multinacionais. A junção entre os militares, empresários e os tecnocratas propiciou políticas voltadas à captação de recursos como forma de alavancar o crescimento econômico e promover capitalização por parte das empresas.

O cenário ao qual se encontra o País no período compreendido de 1968 – 1973 como excludente, concentradora, de arrocho salarial, endividamento externo, opressora e internacionalizada.

Isto tudo permitiu uma maior capacidade de importação e reforço as taxas de inversão e consumo; o que resultou na não

promoção de modificações estruturais e na ampliação da capacidade produtiva.

Pode-se ressaltar que o estímulo à concentração de renda como forma de alavancar a propensão a poupar não aconteceu e foi um engano por parte daqueles que idealizaram e executaram. Pois, os recursos que deveriam ser investidos nas classes menos privilegiadas acabaram por migrar para as classes mais abastadas. Logo, pode-se afirmar que o modelo de desenvolvimento adotado não acabou visando o social.

O crescimento engendrado permitiu e sustentou o desenvolvimento econômico no período de “milagre econômico” com arrocho salarial e concentração de renda, mas não permitiu um desenvolvimento auto-sustentado.

A vulnerabilidade do controle econômico devido à primeira crise do petróleo e a subordinação ao capital externo como mecanismo de financiar déficits em conta corrente e captação de poupança; aliado ao enxugamento monetário internacional e aumento da taxa de juros possibilitaram a ruptura do ciclo virtuoso em que se encontrava a economia brasileira

Por fim, o País que almejava o posto de país-potência foi interrompida e a infeliz condição de país em desenvolvimento foi continuada, no entanto, com maiores diferenças sociais e regionais. E, o impacto acabou sendo positivo, pois proporcionou a economia brasileira no período de 1968 a 1973 modernização, desenvolvimento e crescimento da economia, no entanto, sob subordinação do capital estrangeiro no qual culminou na falta de desenvolvimento auto-sustentável e na condição de país periférico e dependente.

REFERÊNCIAS

- BAER, W. *A industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. 4ªed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- BANCO CENTRAL. <http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>. Acesso: 12.out.2004a
- BANCO CENTRAL. <http://www.ipib.com.br/pibbrasil/valor.asp>. Acesso: 12.out.2004
- BANCO CENTRAL DO BRASIL, BOLETIM, jul. 1972
- BRASIL. República Federativa do Brasil. **Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972-74**. Brasília, 1971.
- _____. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. **Diretrizes do Governo, Programa Estratégico de Desenvolvimento**. Brasília, 1968.
- BRUM, A. J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 1ªed., Petrópolis: Vozes, 2000.
- COLISTE, R. P. **O Desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO103-40142001000100004. Acesso em 09/10/2006.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos. **Salário mínimo/salário** Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/português/salariominimo/salário_evolução.asp
- FURTADO, C. **Análise do Modelo Brasileiro**. 7ªed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982
- _____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 1ªed., Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, M.B. **Síntese da Economia Brasileira**. 5ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GERMAUD, Amaury Patrick; PIRES, Julio Manuel. “Metas e Bases” e I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1970-1974). In:

KON, Anita. **Planejamento do Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GOLDSTEIN, S. **A Dívida Externa Brasileira 1964-1982: Evolução e crise**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

IANNI, O. **O Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KON, Anita. **Planejamento do Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

LAFER, B.M. **Planejamento no Brasil**. 3ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1975.

LANGONI, C.G. **A Crise do Desenvolvimento: Uma estratégia para o futuro**. 2ª ed., Rio de Janeiro: J.Olympio, 1985.

LOPES, C.T.G. **Planejamento, estado e Crescimento**. São Paulo: Pioneira, 1990.

MENDONÇA, S.R. de. **Estado e Economia no Brasil: Opções de desenvolvimento**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1986.

PEREIRA, L.C. **Desenvolvimento econômico no Brasil**. 10ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1980.

OSER, J.; BLANCHFIELD, W.C. **História do Pensamento Econômico**. 1ª ed., São Paulo: Atlas, 1983.

SANTOS, A.R. dos. **Metodologia Científica: A construção do conhecimento**. 3ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SIMONSEN, M.H.; CAMPOS, R.O. **A Nova Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1974.

SINGER, P. **A crise do "Milagre"**. 7ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, T. **O Brasil na década de 70**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VANCONCELLOS, M.S.; GREMAUD, A.M. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2002.

TAVARES, M.C.; ASSIS, J.C. O Grande Salto para o Caos: A economia política e a política econômica do regime autoritário. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.